

1. Cenário

Data de Referência: 31/12/2021									
Variação dos Índices e Subíndices do Grupo IMA, CDI e Índices da Bovespa									
	Indicador	D% U36M	D% U24M	D% Ano	D% Trimestre	D% Mês	D% Semana	D% Dia	Índice/Taxa Atual
IMA-Geral	20,0105	20,0105	6,3827	0,9873	1,2304	1,0367	0,0156	0,0411	6.314,9035
IMA-Geral ex-C	18,8398	18,8398	5,5224	0,6403	1,2700	1,1124	0,0205	0,0408	6.202,7719
IMA-B	29,2005	29,2005	5,1255	- 1,1997	0,7457	0,5512	- 0,2226	0,0477	8.025,4407
IMA-B 5	27,8568	27,8568	13,0369	4,6274	1,9722	0,8735	0,2970	0,0477	7.292,6394
IMA-B 5+	28,5571	28,5571	- 1,3492	- 6,4849	- 0,4836	0,2296	- 0,7494	0,0476	9.418,7881
IMA-C	- 16,5134	- 16,5134	- 29,1590	- 37,0596	- 48,6199	- 53,4891	- 53,8954	- 53,3670	4.803,7357
IMA-S	13,6143	13,6143	7,1886	4,6792	2,0092	0,8092	0,1716	0,0353	5.005,1317
IRF-M	17,1488	17,1488	4,5690	- 1,9777	0,8961	2,0840	0,0586	0,0415	14.151,7343
IRF-M 1	14,1328	14,1328	6,8985	2,9353	1,1509	0,8966	0,1464	0,0397	11.986,2147
IRF-M 1+	17,7502	17,7502	3,0662	- 4,9708	0,7830	2,5564	0,0243	0,0422	15.664,6316
CDI	42,9688	42,9688	107,9545	381,5789	48,7805	19,6078	-	-	9,1500
IDKa IPCA 2	27,0883	27,0883	14,0086	4,8920	1,8059	0,9111	0,4007	0,0526	6.868,5631
Ibovespa	20,4949	21,3227	- 10,5635	- 12,0054	- 7,7129	- 0,9345	- 0,4003	0,6870	104.822,4400
IBRX-100	23,1071	23,1071	- 8,9724	- 11,1336	- 7,6341	- 0,4977	- 0,4414	0,6868	87,9600
IDIV	37,9454	37,9454	- 7,5043	- 6,7516	- 4,1946	- 1,2645	0,5365	0,5458	6.350,4400
IFIX	21,6570	21,6570	- 10,5273	- 1,0530	3,4306	10,1654	3,6263	0,5546	2.804,7900
Small Caps	35,9271	35,9271	- 16,8612	- 15,6846	- 14,3482	- 2,1140	1,4493	1,6853	2.365,2400
Dólar EUA	31,8105	31,8105	2,7985	1,8937	0,7530	- 0,8388	- 1,4622	0,1490	5,5798

Tabela 1: Variação dos principais índices do mercado doméstico;
Fonte: Broadcast; Elaboração: DIRIN/IPREV.

A atividade econômica no segundo semestre de 2021 apresenta dados preocupantes para o próximo ano. O IBC-Br indicador que demonstra o comportamento da atividade econômica para determinado período, no caso o mês, é um proxy para o PIB apresenta uma redução de 0,3 % em setembro. O principal fator foi o menor crescimento do setor de serviço, quando a expectativa era de melhora por conta da maior flexibilização social e maior abertura das atividades econômicas.

A Produção Industrial Mensal (PIM) apresentou dados contrários ao esperado, o mercado estimava crescimento de 0,8% para dezembro, contudo o divulgado foi de -0,6% puxado pelo setor de consumo de bens e alimentício. A Produção Mensal do Comércio (PMC) também divulgou dados abaixo do esperado puxado pelos desempenhos negativos dos veículos e alimentos.

O PIB recuou para o terreno negativo por dois trimestres consecutivos, o que caracteriza recessão técnica muito em virtude do fraco desempenho da agricultura. Outro dado que gera impacto preocupante é o nível de confiança dos agentes econômicos. Segundo a pesquisa realizada pelo BTG PACTUAL, dos 49 setores analisados, cerca de, 79% apresenta percepção negativa sobre o crescimento da economia para 2021 e 2022.

O consenso de mercado para 2022 é que o PIB fique estagnado ou seja de caráter recessivo. Além dos fatores citados, o cenário internacional também apresenta preocupações como: a inflação, a resistência da

população mundial em aderir à campanha da vacinação para COVID-19 e a diminuição dos estímulos fiscais e monetários.

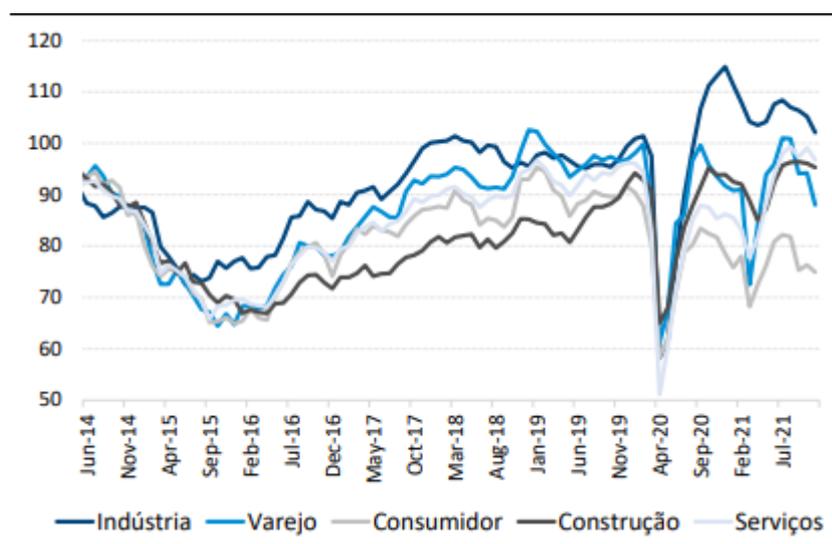


Gráfico 1: Indicadores de Confiança.
Fonte: FGV; Elaboração: BTG/Pactual.

Inflação

Mês após mês, o IPCA vem divulgando níveis elevados e de natureza preocupante. Os combustíveis, pressão na questão fiscal para aumento dos gastos públicos por conta do COVID-19 e época eleitoral causam tensão na inflação corrente e expectativa para os próximos anos. Apesar da desaceleração do preço da energia elétrica e de alguns alimentos terem contribuído para contrabalancear no final do ano de 2021, incertezas começam a brotar para tais segmentos no ano de 2022 por conta do repasse dos custos. Como exemplo, o preço dos fertilizantes subiu 130% em 2021, além disso o aumento da produtividade da safra não está garantido por conta de problemas climáticos vide a região sul. Outro exemplo, é o preço do boi gordo que voltou a subir após o embargo da China. Com o aumento das exportações o preço do boi gordo testará máxima histórica.

A inflação mais persistente do que esperado pode acarretar em alteração nas expectativas inflacionárias fazendo com que os agentes econômicos passem acreditar que o IPCA será maior do que a Meta Inflacionária para os próximos anos, o que exigirá uma resposta firme por parte do Banco Central. Tal cenário é realmente delicado por conta do próximo ano ser eleitoral, e ao que parece, os demais Bancos Mundiais iniciaram o processo de elevação das taxas de juros, o que pode causar desvalorização cambial e pressionar ainda mais a inflação, apesar da existência de um bom cupom cambial (ganho financeiro causado pela diferença entre juros externos e internos) o que poderia amenizar o câmbio.

Segundo a ANBIMA, a mediana do IPCA para 2021 passou de 9% para 10,1%. Para 2022, a expectativa subiu de 4,3% para 5,0%.

Projeções IPCA 2021

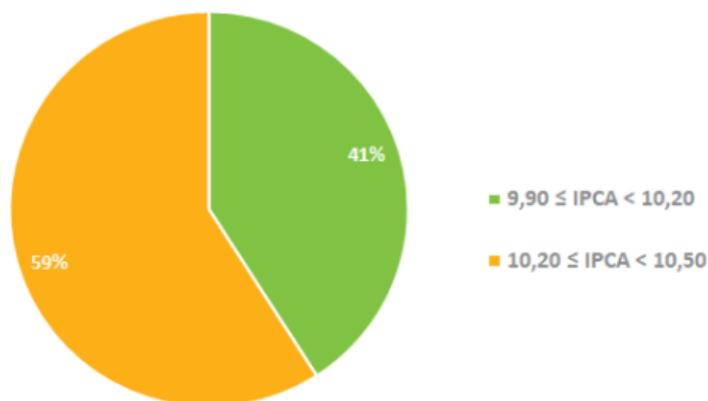


Gráfico 2: Projeções IPCA 2021.
Fonte: ANBIMA; Elaboração: BTG/Pactual.

Política Fiscal

O Superávit primário finalmente apareceu após 8 anos, o último resultado primário positivo foi em 2013. Com as contas públicas fechando em R\$ 38 bilhões de reais. A recuperação acelerada da arrecadação e o resultado positivo dos municípios e Estados por conta do congelamento dos salários públicos, e a recuperação forte das receitas por conta do preço da energia e dos combustíveis.

Pontos negativos:

- Elevação dos gastos públicos por causa da Covid-10, embora não suficientes para reverter o resultado positivo;

E a PEC dos Precatórios visando criação do Auxílio Brasil e do Vale-Gás.

Contudo, o mercado vem adotando um tom pessimista sobre dívida pública o que acarretará em prêmios maiores na alocação de ativos de riscos e sem risco. A projeção da Anbima projeta a dívida pública em 85% do PIB. O acompanhamento de tal indicador é importante por mostrar a vitalidade do país em remunerar os credores.

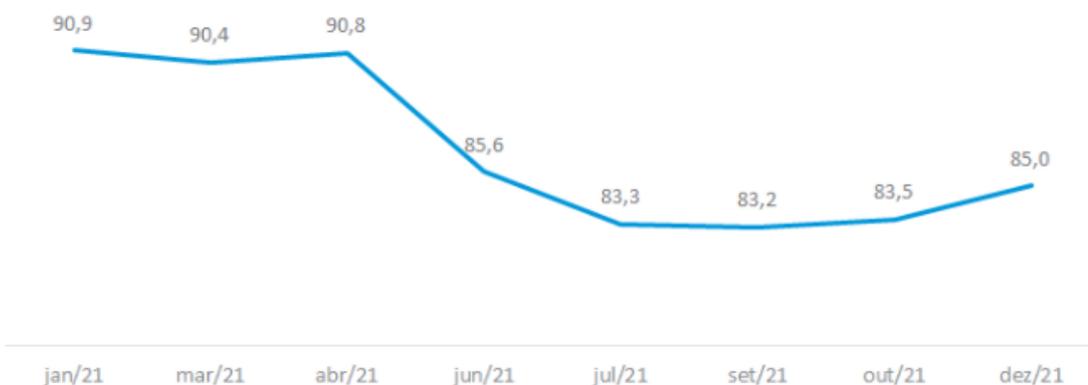


Gráfico 3: Evolução da Dívida Bruta em 2022 (% do PIB).
Fonte: ANBIMA; Elaboração: BTG/Pactual.

Política Monetária

O Banco Central resolveu antecipar o movimento de retirada dos estímulos fiscais para comportar o IPCA na meta estabelecida. Para tal, a SELIC deverá ir até 11,75%. Com o último aumento sendo em fevereiro de 2022. O patamar de 11,75% será mantido até dezembro, sendo esperado duas reduções em 0,25% p.p, e encerrando o ano de 2022 com 11,25%.



Gráfico 4: Projeção da Meta da Taxa SELIC para 2021 (%a.a.)

Fonte: ANBIMA; Elaboração: BTG PACTUAL.

2. Desempenho das Carteiras de Investimentos Administradas pela DIRIN

2.1 Fundo Solidário Garantidor (FSG)

A carteira de investimentos do FSG encerrou o mês de dezembro/2021 com rentabilidade de R\$4,5 milhões no ano, puxada principalmente pelos Fundos de Renda Variável com investimento no exterior. Somente no mês de dezembro, houve rentabilidade nominal de R\$2,5 milhões. A seguir, a composição do FSG por *benchmarks*:

Benchmark	Valor	%	Rendimentos no Mês	Rendimentos Acumulado
IDIV	R\$ 26.024.756,19	0,72%	R\$ (84.627,01)	R\$ (2.554.309,11)
IBOVESPA	R\$ 573.684.155,34	15,98%	R\$ 14.389.237,00	R\$ (84.171.572,51)
FIE	R\$ 280.975.884,09	7,83%	R\$ (24.855.138,50)	R\$ 10.975.884,09
IMA-B	R\$ 34.094.780,02	0,95%	R\$ 197.512,87	R\$ 2.134.990,21
IMA-B 5	R\$ 490.583.546,46	13,66%	R\$ 3.750.474,39	R\$ 17.486.678,23
IRF-M 1	R\$ 228.584.505,62	6,37%	R\$ 2.102.045,04	R\$ 9.877.613,73
Alocação Dinâmica	R\$ 257.903.726,28	7,18%	R\$ 2.090.191,15	R\$ (320.938,48)
BDR	R\$ 61.907.171,79	1,72%	R\$ (144.174,67)	R\$ 19.615.913,87
IBX	R\$ 44.070.881,28	1,23%	R\$ 1.571.268,66	R\$ (5.769.517,59)
FII	R\$ 36.750.542,20	1,02%	R\$ 1.615.869,43	R\$ (356.875,58)
FIP	R\$ 60.149.358,07	1,68%	R\$ (3.056.133,00)	R\$ (15.098.759,85)
IDkA IPCA 2 Anos	R\$ 691.678.758,20	19,26%	R\$ 4.898.006,07	R\$ 29.560.207,41
CDI	R\$ 260.781.411,13	7,26%	R\$ 2.281.845,98	R\$ 20.932.786,84
Títulos Públicos	R\$ 350.117.628,09	9,75%	R\$ (3.592.185,27)	R\$ (8.034.291,01)
IPCA	R\$ 193.388.420,69	5,39%	R\$ 1.343.074,80	R\$ 10.270.515,91
	R\$ 3.590.695.525,45		R\$ 2.507.266,94	R\$ 4.548.326,16

Tabela 2: Distribuição da carteira do FSG em relação ao benchmark de seus fundos e rendimentos nominais em 2021; Fonte e Elaboração: DIRIN/IPREV.

Durante o ano, houve a diversificação do portfólio visando-se mitigar os riscos. Sendo assim, houve o credenciamento dos Fundos de Investimentos no Exterior (FIE na Tabela 2) e a compra de Títulos Públicos. Somente com os FIE, rentabilizaram-se R\$ 10,9 milhões. Com os Títulos Públicos, antecipou-se a subida da renda fixa, e as compras provar-se-ão promissoras, pois são marcados à mercado.

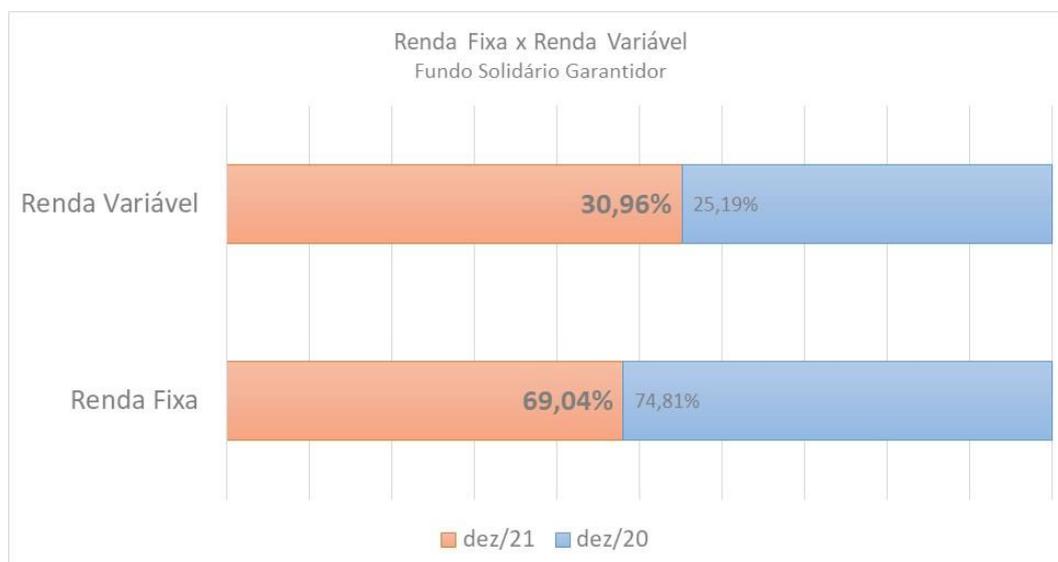


Gráfico 5: Distribuição da carteira do Fundo Solidário Garantidor com variação entre Setembro e Dezembro; Fonte e Elaboração: DIRIN/IPREV.

No Gráfico 5, há a variação entre renda variável e renda fixa previstos na Resolução nº. 3.922/2010 (vigente até 3 de janeiro de 2022). Vale ressaltar que os valores, para a Resolução, se juntam aos Valores do Fundo Capitalizado e Fundo Financeiro. Logo, cumpre-se integralmente aos limites de 30%/70% previstos na Resolução citada e Política de Investimentos.

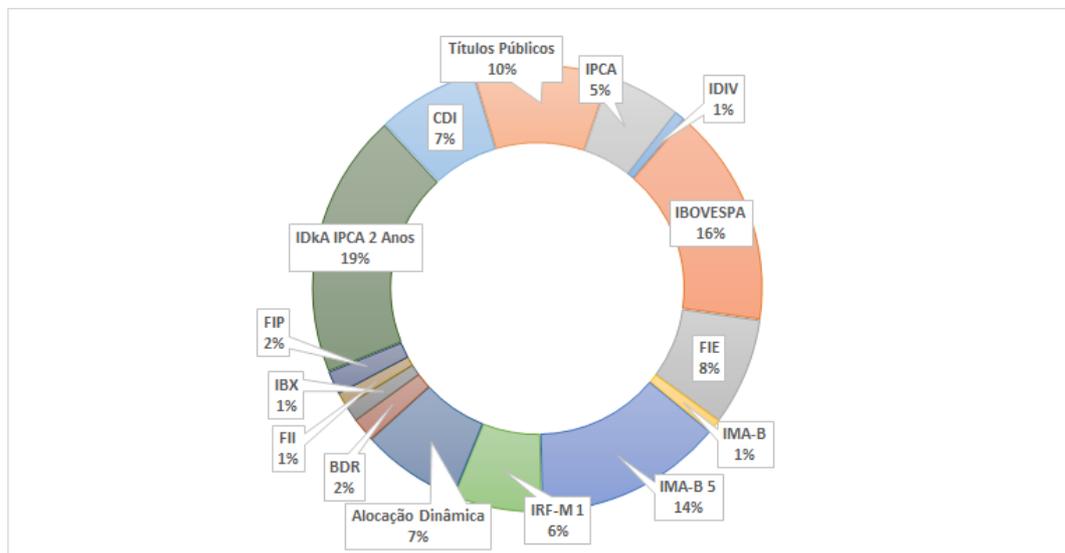


Gráfico 6: Composição da Carteira do FSG de dezembro/2021, Elaboração: DIRIN/IPREV.

A composição da carteira, conforme relatado acima, no ano de 2021, obteve nova configuração com a compra de títulos públicos. Ademais, buscou-se ao longo do exercício obedecer às diretrizes do Conselho Monetário Nacional (Resolução nº. 3.922/2020), os mandatos do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos (CIAR) e as determinações da Política de Investimentos/2021.

Para 2021, conforme os mandatos do CIAR, houve a realocação de IRF-M1 para Títulos Públicos e Fundos de Investimentos no Exterior. Portanto, em consonância com o Gráfico 7, é possível analisar um primeiro movimento:

- redução nos fundos com carteiras de títulos públicos prefixados (IRF-M1);
- aplicação em fundos de investimentos no exterior (FIE); e
- compra de títulos públicos.

Especialmente no início do exercício, a atratividade nos títulos de curtíssimo prazo era menor, pois a meta da Taxa SELIC estava prevista em 3,25% a.a., conforme o Relatório de mercado FOCUS de 8 de janeiro de 2021. Houve, de acordo com o Gráfico 7, um segundo movimento de:

- redução de fundos atrelados ao CDI;
- aplicação de fundos atrelados à inflação (IDKA IPCA 2Anos e IMA-B5).

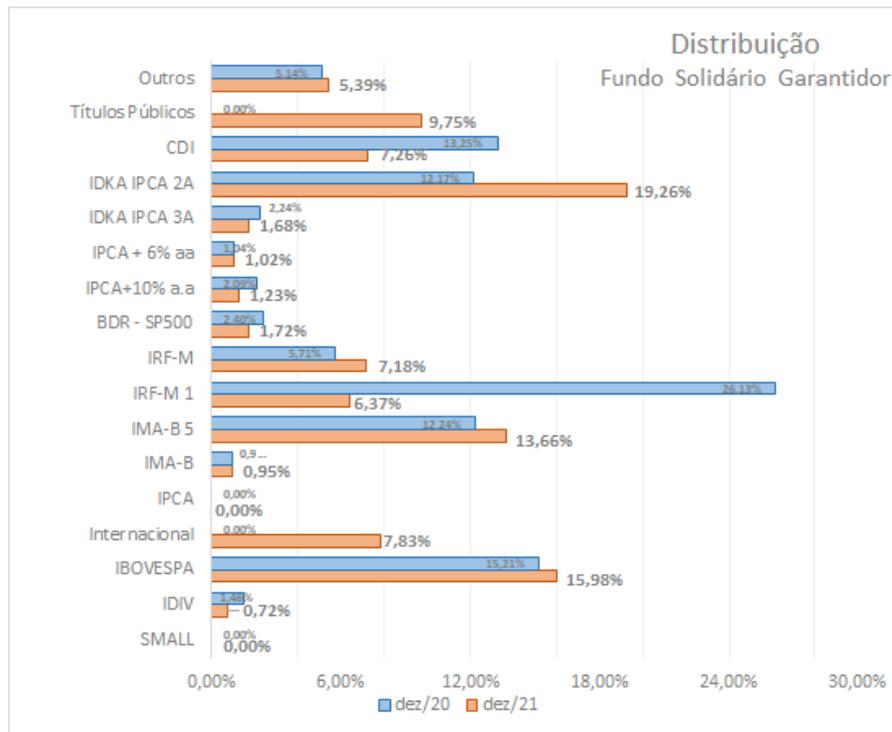


Gráfico 7: Distribuição da carteira do FSG em relação ao benchmark de seus fundos e rendimentos nominais em 2021, Comparando 2020 x 2021; Fonte e Elaboração: DIRIN/IPREV.

Com esses dois principais movimentos - realizados ao longo de 2021, em processo paulatino -, houve a rentabilização de R\$ 10,9 milhões (FIE), R\$ 29,5 milhões (IDKA 2 anos) e R\$ 17,4 milhões (IMA-B5) para a carteira do Fundo Solidário Garantidor.

Com as dificuldades internas relatadas no item 1 – Cenário, a bolsa interna (IBOV) sofreu sobremaneira. Após a pandemia iniciada em 2020 e a rápida retomada do índice, esperava-se menor volatilidade para o ano de 2021. Portanto, conforme demonstrado no Gráfico 7, não houve maiores realocações no *benchmark*.

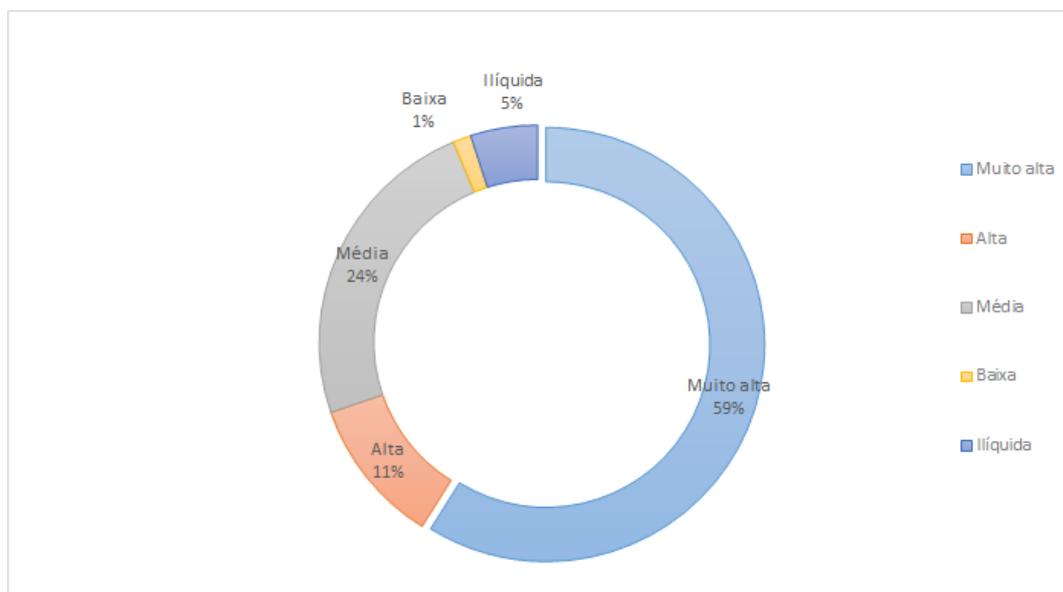


Gráfico 8: Nível de liquidez da Carteira do FSG de dezembro/2021, Elaboração: DIRIN/IPREV.

A posição do FSG está, em sua maioria, em Fundos de Investimentos de liquidez muito alta (59%), enquanto os Fundos ilíquidos de apenas 4,98%. A liquidez “muito alta” concentra os fundos com resgate até 1 (um) dia útil. 11% em alta liquidez (entre 2 e 5 dias). Para a média liquidez (entre 5 e 15 dias), há 24% e baixa (16 e 60 dias) 1%. Na tabela abaixo, constam todos os fundos de investimentos com as respectivas rentabilidades durante o exercício.

Nome	Rentabilidade Acumulada	Posição em 31/12/2021
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	14.330.416,54	334.207.154,27
BB IPCA III FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO CRÉDITO PRIVADO	3.181.093,70	81.237.626,84
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	6.530.952,24	123.818.728,57
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA I FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	7.089.422,21	112.150.793,85
BB TÍTULOS PÚBLICOS VII FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2.134.990,21	34.094.780,02
BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	4.638.488,60	114.700.859,86
BRB 2023 FI RENDA FIXA	3.136.091,01	20.927.454,59
BRB PÚBLICO FIC RENDA FIXA LP	444.068,04	237.512,07
CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	8.036.107,50	59.143.204,19
CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA	-240.422,54	206.130.287,52
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	12.323.153,16	312.307.032,47
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	2.414.837,45	74.034.107,06
CAIXA INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA MULTISTRATÉGIA FIP	-27.302,50	0,00
CAIXA VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES	-2.554.309,11	26.024.756,19
CAIXA VALOR SMALL CAP RPPS FIC AÇÕES	0,00	0,00
FUNDO BRASIL DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS II MULTISTRATÉGIA FIP	-13.382.853,87	55.774.315,24
ITAÚ INSTITUCIONAL PHOENIX FIC AÇÕES	-1.858.504,68	9.014.883,94
SPX APACHE FIC AÇÕES	177.829,10	13.408.983,97
WESTERN ASSET IMA-B 5 ATIVO FI RENDA FIXA	101,39	48.729.847,32
SAFRA EXECUTIVE 2 FI RENDA FIXA	931.824,04	30.731.669,99
Equity Portfolio PB FIC Ações	-3.876.924,21	16.638.718,03
BB FLUXO FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	2.297.258,63	11.968.196,87
BB IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,00	0,00
BB IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	0,00	0,00
PARANÁ REC PARTICIPAÇÃO IMOBILIÁRIO MULTISTRATÉGIA FIP	-73.751,83	1.366.353,69
VENTURE BRASIL CENTRAL CAPITAL SEMENTE FIP	-1.614.851,65	3.008.689,14
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	6.292.325,35	2.632.280,78
WESTERN ASSET FI AÇÕES BDR NÍVEL I	13.323.588,52	59.274.891,01
SULAMÉRICA EVOLUTION FI MULTIMERCADO	0,00	0,00
EQUITIES FI ACOES	546.161,69	561.492,58
ITAÚ HIGH GRADE FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	1.150.784,98	23.464.945,63
SANTANDER IBOVESA ATIVO INSTITUCIONAL FI AÇÕES	-1.021,73	6.568,99
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	1.190.156,99	26.928.749,07
BRANCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	2.353.298,22	49.969.155,82
SANTANDER INSTITUCIONAL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	0,00	0,00
ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	1.927.263,09	40.173.407,25
CAIXA ALOCAÇÃO MACRO FIC MULTIMERCADO LP	397.758,38	27.968.785,64
SIA CORPORATE FII SAIC11B	294.203,02	19.851.474,70
CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII CXRI11	-193.078,60	6.650.067,50
FIDC CASAN SANEAMENTO SÊNIOR	0,00	0,00
FII - RIO BRAVO RENDA VAREJO	-458.000,00	10.249.000,00
FIA MID SMALL CAPS	-1.807.640,34	16.565.963,01
FIC FI RF ALOCAÇÃO DINAMICA	-80.515,94	51.773.438,76
OCCAM FIC AÇÕES	-19.845.020,66	146.318.980,95
GERAÇÃO FI AÇÕES	-7.085.212,41	35.243.613,43
BRASIL PLURAL ESTRATÉGIA FIC AÇÕES	-4.139.706,35	14.095.934,30
INSTITUCIONAL FIC FI RF IMA-B 5	524.935,08	14.845.806,81
CONSTANCIA FUNDAMENTO FIA	-4.516.670,90	81.580.112,37
BB AÇÕES QUANTITATIVO	-1.193.969,55	17.865.043,46
CAIXA FI BRASIL IDKA IPCA 2A RF LP	15.229.790,87	357.471.603,93
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA	-34.090.482,42	148.704.669,23
GENIAL MS GLOBAL BRANDS F. DE INV.	17.470.640,82	87.470.640,82

GENIAL MS US GROWTH FIC FIA IE	-6.494.756,73	193.505.243,27
ARX INCOME INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	-12.249.927,64	117.750.072,36
NTN-B	-8.034.291,01	350.117.628,09

Tabela 4: Detalhamento do acumulado no mês de Dezembro/2021 dos fundos de investimento do Fundo Financeiro;

Fonte e Elaboração: DIRIN/IPREV.

O referencial de rentabilidade do FSG para 2021 é de IPCA + 1% aa, conforme estabelecido na Política de Investimentos (PI) de 2021. E, apesar da volatilidade, há maior concentração em renda fixa. No mês de dezembro, a rentabilidade foi de **0,16%** contra a meta de **0,81%**. No acumulado, há: 111,16% (meta) x 100,26% (rentabilidade).

Fundos Estruturados e Imobiliários

Conforme salientado acima, a estratégia para o ano de 2021 foi no sentido de maior liquidez. Não houve realocações em fundos estruturados e/ou imobiliários. Sendo assim, até o momento, o FSG está dentro do limite de alocação.

O Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas II Multiestratégia FIP tem os relatórios anexados ao processo 00413-00004648/2020-18. No último relatório dos auditores independentes:

“(...) as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira dos fundo Brasil de Internacionalização de Empresas Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia II em 31 de março de 2021 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações.”

O Fundo Rio Bravo Renda Varejo é acompanhado pelo processo 00413-00004648/2020-18. Em dezembro, comunicou o cancelamento da emissão de cotas “em razão da conjuntura do mercado financeiro e de capitais e do cenário econômico nacional e global”. O fundo teve *Yield* anual de 10,7% e conta com vacância de apenas 0,7%.

Paraná Participação Imobiliário Multiestratégia FIP está contido no processo 00413-00004650/2020-89. O Gestor vem trabalhando para rentabilização positiva do fundo, tanto que apenas provisiona os custos da gestão. Em 2021, a estratégia do gestor foi no sentido de “i) buscar alcançar os imóveis das investidas através do IDPJ e, posteriormente, ii) prospectar possíveis interessados na compra/parceria dos imóveis para dar maior liquidez ao Fundo e ao Cotista.”.

O FII SIA Corporate é acompanhado no processo 00413-00004781/2019-22. O Fundo detém 94% do patrimônio alocado no imóvel (R\$73,7 milhões). Em que pese a rentabilidade do fundo, o gestor mantém anúncios para locação dos imóveis, conforme relatório.

2.2 Fundo Financeiro

As tabelas abaixo resumem as movimentações em fundos de investimento do Fundo Financeiro, o qual, cabe lembrar, é de **repartição simples, não possui referencial de rentabilidade para 2021** e possui seus recursos alocados em fundos de investimento de **baixo risco e elevada liquidez**:

Nome	Rentabilidade Acumulada	Posição 31/12/2021
BRB CAPITAL FIC RENDA FIXA LP	R\$ 4.054.100,67	R\$ 193.519.754,90
BRASESCO PREMIUM FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	R\$ 17.832,68	R\$ 378.653,13
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	R\$ 0,00	
CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	R\$ 16.066,94	R\$ 0,00
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R\$ 0,00	R\$ 0,00
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	R\$ 8.439,38	R\$ 189.634,15
BB FLUXO FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Tabela 5: Detalhamento do acumulado no mês de dezembro/2021 dos fundos de investimento do Fundo Financeiro; Fonte e Elaboração: DIRIN/IPREV.

Considerando as aplicações realizadas houve rentabilidade de R\$ 4.096.439,67 no ano. Por está posicionada em elevada liquidez e baixo risco, no semestre, houve impacto menor durante a crise.

2.3 Fundo Capitalizado

A carteira de investimentos do FC encerrou o mês de Dezembro/2021 com rentabilidade de R\$2,735 milhões de reais nominais. Seu referencial de rentabilidade para 2021 é de **IPCA + 2,98% aa**.

De forma diferenciada à proposta do FSG, o Fundo Capitalizado busca maior risco e retorno maior, pois tem passivo de longo prazo. Sendo assim, conforme proposto nas reuniões do Comitê, buscou-se maior exposição à renda variável (com aplicações pontuais e a depender do mercado) e em fundos IMA-B5 e IDKA 2anos. Por ser um fundo de capitalização, relativamente novo, houve uma arrecadação maior (R\$ 132 milhões) e, ao longo do exercício, há a distribuição entre os *benchmarks*, conforme proposto pelo CIAR.

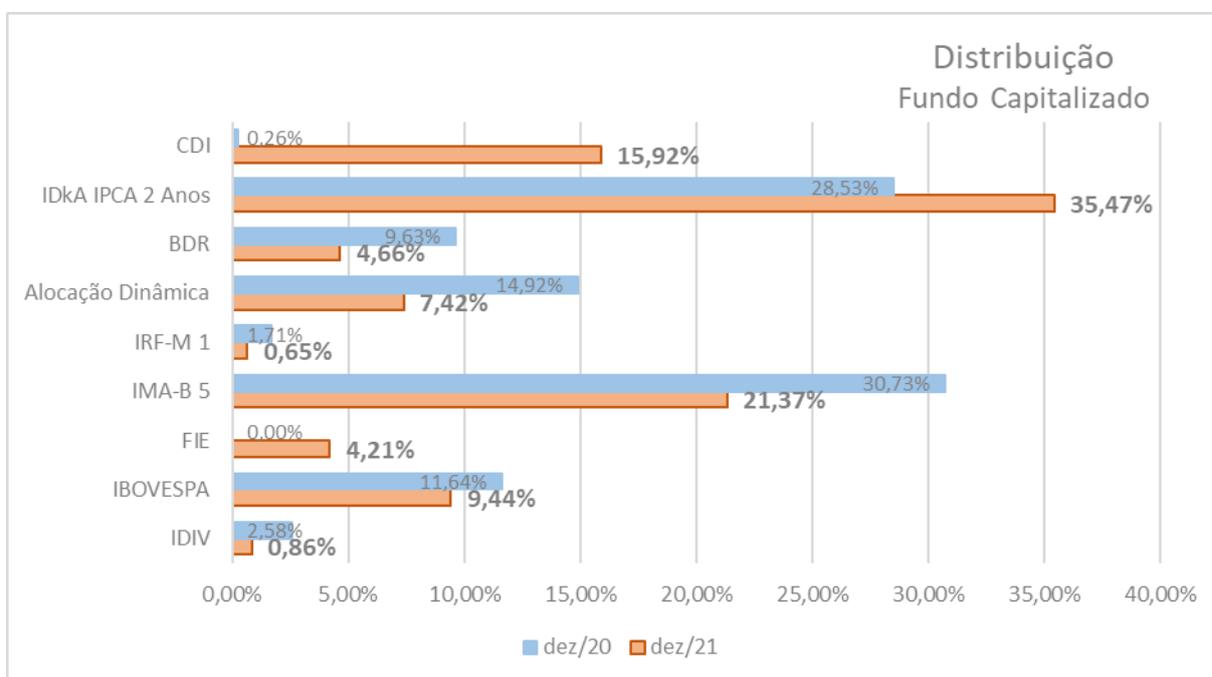


Gráfico 9: Distribuição da carteira do Fundo Capitalizado com variação entre 2020 e 2021; Fonte e Elaboração: DIRIN/IPREV.

Apesar das variações entre os índices, o Fundo Capitalizado tem dinâmica diferente, pois há a arrecadação mensal. Visando à diversificação e a mitigar os riscos, houve três movimentos ao longo do ano:

- Até metade do ano, deixou-se aplicado no índice atrelado à inflação (IDKA IPCA 2Anos e IMA-B5), buscando-se o prêmio em IMA-B5 e IDKA 2a e a aceleração da inflação. Tal estratégia rentabilizou R\$3,5 milhões;

- Com a subida da meta da Taxa SELIC na segunda metade no exercício, a estratégia foi alocar os recursos no CDI – rentabilizando R\$ 766mil. Tal estratégia trouxe maior segurança aos ativos do Fundo Capitalizado; pois, no momento de muita volatilidade da Bolsa interna, a compra de ativos de curtíssimo prazo tornou-se mais atrativa; e

- Realocação em fundos de Investimento no Exterior (FIE) rentabilizando R\$1,2 milhão. Com o mesmo procedimento do Fundo Solidário Garantidor, a diversificação em fundos de aplicação no exterior trouxe maiores rendimentos à carteira.

Benchmark	Valor	%	Rendimentos	Rendimentos Acumulados
IDIV	R\$ 1.843.295,00	0,94%	R\$ 6.094,21	R\$ (200.602,73)
Ibovespa	R\$ 20.157.206,78	10,04%	R\$ 574.024,70	R\$ (5.051.709,28)
FIE	R\$ 7.316.434,62	3,59%	R\$ 308.514,99	R\$ 1.039.667,43
IMA-B 5	R\$ 45.654.676,36	23,20%	R\$ 351.018,37	R\$ 1.141.383,69
IRF-M 1	R\$ 1.385.541,61	0,70%	R\$ 11.597,74	R\$ 45.873,28
Alocação Dinâmica	R\$ 15.853.200,78	8,05%	R\$ 130.011,97	R\$ 49.529,02
BDR	R\$ 9.944.094,97	5,02%	R\$ 158.243,42	R\$ 2.320.859,30
FI	R\$ 1.680.057,94	0,00%	R\$ 39.243,24	R\$ 180.057,94
IDkA IPCA 2 Anos	R\$ 75.766.161,98	35,52%	R\$ 506.131,25	R\$ 2.444.476,62
CDI	R\$ 34.006.937,55	12,92%	R\$ 279.303,52	R\$ 766.222,36
Total	R\$ 213.607.607,59	100,00%	R\$ 2.364.183,41	R\$ 2.735.757,63

Tabela 6: Distribuição da carteira do Fundo Capitalizado; Fonte e Elaboração: DIRIN/IPREV.

Haja vista tratar-se de Fundo Capitalizado com passivo de longo prazo, posicionam-se as alocações visando ao maior ganho e - consequentemente – maior risco.

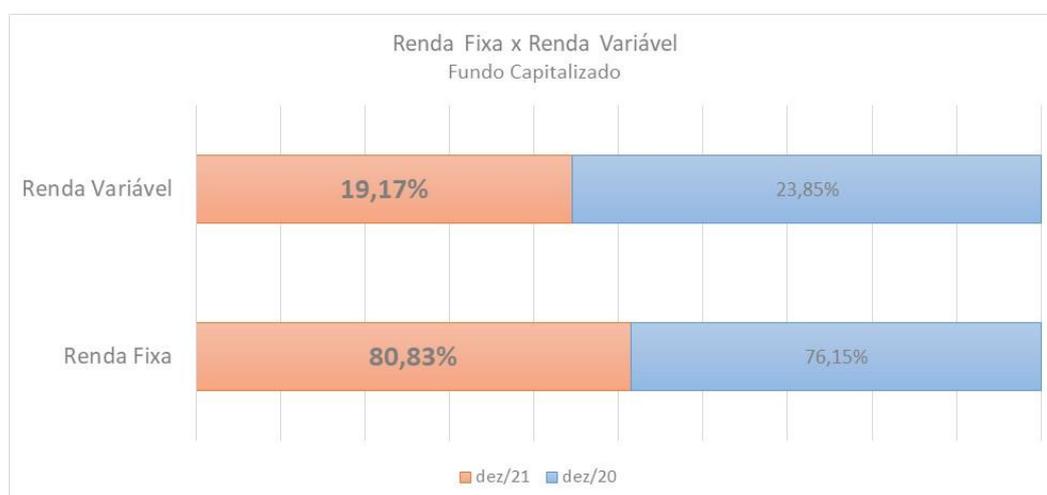


Gráfico 10: Distribuição da carteira do Fundo Capitalizado com variação entre 2020 e 2021; Fonte e Elaboração: DIRIN/IPREV.

Mesmo se tratando de fundo sem necessidade de maior liquidez, as alocações estão em fundo de investimentos com maior liquidez (até d+1). E, até o momento, nenhuma aplicação ilíquida.

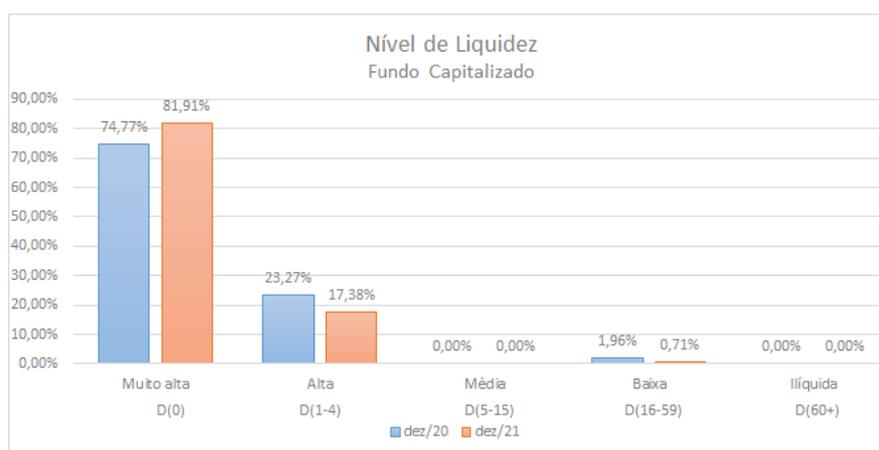


Gráfico 11: Distribuição da carteira do Fundo Capitalizado com variação entre 2020 e 2021; Fonte e Elaboração: DIRIN/IPREV.

Para o Fundo Capitalizado, há meta de 0,98 % no mês e a rentabilidade da carteira foi de **1,17%** durante o mês de dezembro. A recuperação deste Fundo é notadamente menor posto a exposição na curva longa em Renda Fixa e exposição em renda variável, posto o perfil mais agressivo do próprio Fundo com passivo mais longo.

A seguir, a composição do FC por *benchmarks*:

Nome	Rentabilidade Acumulada	Posição 31/10/2021
BRB CAPITAL FIC RENDA FIXA LP	R\$ 279.850,07	R\$ 273.093,35
BB PERFIL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREVIDENCIÁRIO LP	R\$ 149.995,13	R\$ 9.151.731,97
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R\$ 1.186.772,10	R\$ 33.849.076,69
BB FLUXO FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R\$ 1.969,09	R\$ 40.787,28
BB IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	R\$ 8.983,96	
BB IMA-B 5 FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO LP	R\$ 734.278,73	R\$ 22.976.633,17
BB QUANTITATIVO FIC AÇÕES	-R\$ 65.135,39	R\$ 974.603,23
BB MM GLOBAL SELECT	R\$ 901.144,34	R\$ 4.901.144,34
BB SCHRODER INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI MULTIMERCADO	-R\$ 1.603,02	R\$ 1.030.773,91
BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	R\$ 138.523,09	R\$ 2.415.290,28
BB MM NORDEA IE FI	R\$ 1.482,15	R\$ 57.224,60
BRADESCO IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	R\$ 56.933,01	R\$ 1.610.135,38
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B 5 FIC RENDA FIXA	R\$ 350.149,34	R\$ 10.201.996,75
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	-R\$ 26.871,48	R\$ 13.022.301,28
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RENDA FIXA	R\$ 1.257.704,52	R\$ 41.917.085,29
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP	-R\$ 163.081,32	R\$ 1.390.120,70
CAIXA VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES	R\$ 20.546,85	R\$ 781.319,60
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	R\$ 155.967,17	R\$ 14.362.884,05
CAIXA BRASIL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	-R\$ 45.685,81	R\$ 293.728,85
SANTANDER IBOVESPA ATIVO INSTITUCIONAL FI AÇÕES	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SANTANDER INSTITUCIONAL FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	R\$ 0,00	
ITAÚ INSTITUCIONAL FI RENDA FIXA REFERENCIADO DI	-R\$ 37.521,41	R\$ 453.174,30
ITAÚ DIVIDENDOS FI AÇÕES	-R\$ 1.000.886,68	R\$ 5.014.797,59
ITAÚ HIGH GRADE FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	R\$ 14.860,32	R\$ 546.997,41
ITAÚ FOF RPI IBOVESPA ATIVO FIC AÇÕES	R\$ 78.003,52	R\$ 1.800.125,59
ITAÚ INSTITUCIONAL IRF-M 1 FI RENDA FIXA	-R\$ 1.329.118,08	R\$ 4.484.960,43
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	R\$ 22,61	R\$ 10.865.911,06
SAFRA EQUITY PORTFÓLIO PB FIC AÇÕES	R\$ 92.979,76	R\$ 413.654,70
SAFRA SMALL CAP PB FIC AÇÕES	R\$ 2.227.879,54	R\$ 9.530.440,27
WESTERN ASSET IMA-B 5 ATIVO FI RENDA FIXA	-R\$ 1.169.688,73	R\$ 3.830.311,27
WESTERN ASSET FI AÇÕES BDR NÍVEL I	R\$ 180.057,94	R\$ 1.680.057,94
CAIXA INSTITUCIONAL FI AÇÕES BDR NÍVEL I	R\$ 178.440,90	R\$ 10.178.440,90
BB RETORNO TOTAL FIC AÇÕES	-R\$ 1.081.049,63	R\$ 3.918.950,37
CEF FI AÇÕES Brasil IBX-50	-R\$ 360.144,96	R\$ 1.639.855,04

Tabela 7: Distribuição da carteira do Fundo Capitalizado entre os Benchmarks acumulada; Fonte e Elaboração: DIRIN/IPREV.

A tabela 8 consolida o desempenho da **carteira de investimentos do FSG e FC** até o mês de **Dezembro/2021**, comparando-os com os principais índices do mercado e as metas respectivamente. Na tabela, lê-se a inflação acumulada no ano (10,06%). Vale lembrar que as metas dos Fundos geridos são atreladas ao IPCA. Com a subida em decorrência do atual cenário, as metas dos fundos também subiram acima da expectativa, ficando a rentabilidade abaixo da meta.

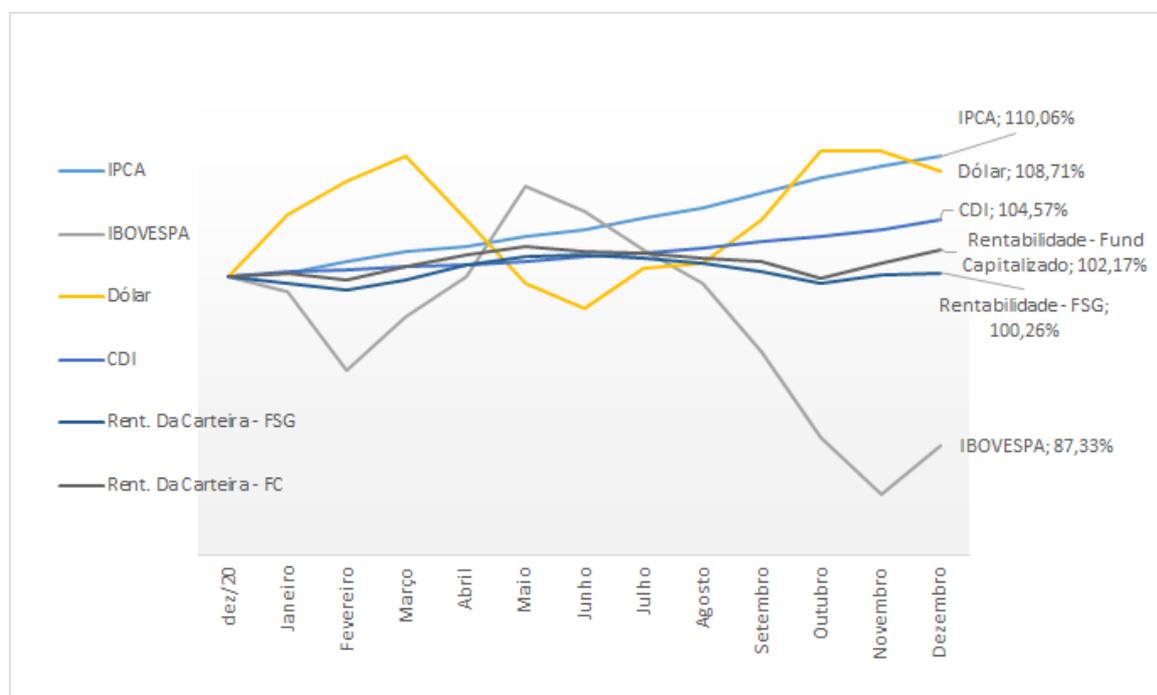


Gráfico 12: Comparativo entre a rentabilidade das carteiras x CDI x Dólar x Ibov x IPCA; Fonte e Elaboração: DIRIN/IPREV.

Sendo assim, na junção dos planos, houve a rentabilidade nominal de R\$ 12.493.302,80, a despeito da meta acordada.

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado
IPCA	0,25%	0,86%	0,93%	0,31%	0,83%	0,53%	0,96%	0,87%	1,16%	1,25%	0,95%	0,73%	110,06%
IGP-M	5,17%	5,54%	4,49%	5,67%	4,72%	1,38%	1,45%	0,20%	0,00%	0,66%	0,89%	0,87%	135,49%
IBOVESPA	-1,26%	-6,11%	4,46%	3,16%	7,60%	-2,03%	-3,08%	-2,55%	-5,44%	-6,51%	-4,53%	4,02%	87,33%
Dólar	5,03%	2,77%	2,05%	-4,96%	-5,03%	-1,96%	3,26%	0,33%	3,60%	5,61%	0,05%	-1,67%	108,71%
CDI	0,41%	0,13%	0,20%	0,20%	0,27%	0,31%	0,34%	0,43%	0,44%	0,46%	0,59%	0,70%	104,57%
Meta FSG (IPCA +1%)	0,33%	0,94%	1,01%	0,39%	0,91%	0,61%	1,04%	0,95%	1,24%	1,33%	1,03%	0,81%	111,16%
Rent. Da Carteira - FSG	-0,55%	-0,62%	0,81%	1,33%	0,67%	0,12%	-0,36%	-0,29%	-0,69%	-0,91%	0,62%	0,16%	100,26%
Meta FC (IPCA +2,98%)	0,50%	1,11%	1,18%	0,56%	1,08%	0,78%	1,21%	1,12%	1,41%	1,50%	1,20%	0,98%	113,34%
Rent. Da Carteira - FC	0,18%	-0,43%	1,00%	0,98%	0,64%	-0,36%	-0,12%	-0,38%	-0,27%	-1,37%	1,14%	1,17%	102,17%

Tabela 8: Detalhamento da rentabilidade em Dezembro; Fonte e Elaboração: DIRIN/IPREV.

3. Principais Destaques dos Ativos Não Financeiros

A Unidade de Gestão dos Ativos Não Financeiros (UFSG), cujo principal papel institucional é o de rentabilização/monetização dos bens, ativos e direitos não financeiros do Fundo Solidário Garantidor (FSG) realizou as seguintes ações em **dezembro/2021**:

3.1 Imóveis

3.1.1 Setor de Garagens Oficiais (SGO)

O Processo SEI Nº **00413-00003821/2018-38** versa sobre minuta de Termo de Cessão de Uso, a ser celebrado entre o Fundo Solidário Garantidor vinculado ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF (CEDENTE) e a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (CESSIONÁRIO), a título oneroso, cujo objeto consiste na cessão de uso de área pública, situado no Setor de Garagens e Oficinas, Quadra 4 AE, Lote 11, Brasília-DF - matrícula 11.175.

No mês de julho do presente ano a UFSG encaminhou o Despacho - IPREV/DIRIN/UFSG (66737731) recomendando que fosse realizado o ressarcimento referente à ocupação do imóvel em comento ocorrida no período compreendido entre a rescisão do Termo de Autorização de Uso junto ao Distrito Federal e a assinatura do Termo de Cessão de Uso com este Instituto. Diante do Despacho IPREV/DIRIN (68434460), o Ofício 393 (68618690) foi encaminhado em agosto pelo Instituto de Previdência. O processo está tramitando na Secretaria de Estado de Saúde.

O processo encontra-se na AJL/SES desde 30 de setembro de 2021 onde se questiona o seguinte assunto: "No caso em questão, o ato a ser celebrado seria um Termo de Cessão de Uso de imóvel ONEROSO ou contrato de locação de imóvel, observando o decreto Nº 33.788, de 13 de julho de 2012, que dispõe sobre os procedimentos para a locação de imóveis por órgãos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal e dá outras providências e a Lei Nº 6.532, de 08 de abril de 2020, que dispõe sobre a cessão de uso de bens públicos imóveis do Distrito Federal e de suas entidades da administração indireta?"

3.1.2 Limpeza, conservação e higienização

A partir do monitoramento *in loco* realizado pela UFSG em função de demandas pontuais, caso seja identificada necessidade de limpeza, poda de árvores, retirada de lixo, roçagem ou outros serviços importantes à segurança desses ou dos demais lotes, haverá provocação das respectivas Administrações Regionais e/ou demais órgãos e entidades públicos por parte da UFSG para tomar as devidas providências.

Vale destacar que, a DIRIN utiliza o contrato prestação de Serviços nº 03/2020 – IPREV/DF (**FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DISTRITO FEDERAL – FUNAP/DF**), diante da necessidade premente de conservação dos imóveis e a importância de manutenção do patrimônio, em novembro foi realizada a limpeza interna e externa em alguns imóveis do FSG.

- **Projeto de Lei que trata sobre a permuta de alguns imóveis com o GDF: o Processo SEI nº 00413-00003540/2018-85**. Em consonância com o despacho - IPREV/DIRIN/UFSG (66738324) foi encerrado o processo, pois a matéria será tratada em processos o **Processo SEI nº 00413-00002921/2021-42 e 00413-00003617/2021-12**.

3.2 Participação Acionária no BRB

Cabe ressaltar que a participação societária no Banco de Brasília S.A. - BRB, é objeto da Lei Complementar nº 920, de 1º de dezembro de 2016. Conforme disposto no artigo 73-A, alínea “b” da Lei Complementar nº 932/2017.

Ainda nesse contexto acerca da participação acionária do IPREV/DF no BRB, a UFSG/DIRIN consultou o Banco do Brasil – Banco de Investimentos S/A (BB-BI), a propósito da estratégia para gestão desses ativos, a qual engloba um estudo semestral contendo avaliação do valor de mercado do BRB. Portanto em agosto de 2018 e em fevereiro de 2019, tais estudos, de caráter confidencial tiveram como base a análise de dados públicos disponíveis da instituição, além de projeções realizadas pelo próprio BB-BI. Ambos utilizaram o método de múltiplo de peers para avaliação de seu valor de mercado, sendo que os resultados apresentados na última versão avaliaram o conglomerado do BRB a uma faixa aproximada de preço de mercado entre R\$ 3,5 bilhões e R\$ 4,1 bilhões.

Convém ressaltar que a DIRIN visando o atendimento das exigências legais previstas no artigo 2º, § 7º da Lei nº 920/2017 informou sobre a necessidade de se realizar ações para contratação de empresa especializada em precificação de ativos financeiros no **Processo SEI nº 00413-00004518/2020-77**.

Vale esclarecer ainda que apesar do valor "em balcão" das ações do BRB que são atualizadas diariamente, por meio de cotação em Bolsa (B3), o estudo intentado do valor do banco deverá analisar, principalmente: as demonstrações financeiras do Banco e as projeções (Balanços patrimoniais, demonstrações de Resultado do exercício), premissas macroeconômicas, relatórios financeiros, fluxos de caixa descontados e identificação dos *Drivers* do banco (ou vetores de valor do Banco). Somente após esse estudo completo, será possível contrastar com o valor da cotação do Banco para solicitar a recomposição devida ao Fundo Solidário Garantidor.

Nessa perspectiva, após pesquisas realizadas pela Diretoria de Administração e Finanças deste Instituto, foi informado por meio do Despacho - IPREV/DIAFI/COAD/GECOV (57597190) de 10 de março de 2021 que não foi encontrado fornecedor para a pretensa aquisição.

3.3 Dividendos e Juros sobre Capital Próprio das Estatais em que o DF for acionista

A criação do Fundo Solidário Garantidor – FSG foi uma das medidas implementadas pela Lei Complementar nº 932/2017 com o objetivo de atenuar o déficit financeiro e atuarial do atual Fundo Financeiro administrado pelo Iprev/DF e dar maior sustentabilidade ao sistema previdenciário dos servidores do Governo do Distrito Federal de maneira geral.

Em virtude dessa consideração, salienta-se a alínea “f” do art. 73-A da Lei Complementar supramencionada: “*f) Os dividendos, as participações nos lucros e a remuneração decorrente de juros sobre capital próprio destinados ao Distrito Federal na condição de acionista de empresas públicas ou de sociedades de economia mista*”.

Neste sentido, deve-se dizer que a Diretoria de Investimentos, em seu fluxo de trabalho, busca contemplar nos últimos anos, o comando legal da LC nº 932/2017, que transfere ao Iprev/DF o direito em relação aos dividendos, as participações nos lucros e a remuneração decorrentes de JCP destinados ao Distrito Federal na condição de seu acionista, sendo, portanto, necessária a distribuição de pelo menos 25% do lucro líquido ajustado, percentual mínimo estabelecido pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

3.4 Produto das Parcerias Público-Privadas do GDF

Sobre os projetos de PPPs e concessões no âmbito do GDF, além da já contratada em agosto/2018 (Contrato de Concessão Onerosa de Obra Pública do Centro de Convenções Ulysses Guimarães), para a qual se espera a transferência ao Instituto, em agosto/2019, da outorga anual de aproximadamente R\$ 2,8 milhões), a UFSG realizou reunião junto à Secretaria de Projetos Especiais (SEPE), que coordena as PPPs do GDF, em abril/2019, para noticiá-los acerca da existência de legislação que transfere ao FSG tais recursos.

Em 10 de julho de 2019 foi enviado Ofício à Secretaria de Turismo indagando sobre o pagamento da parcela em contraprestação à Outorga do direito de explorar a operação do Centro de Convenções Ulysses Guimarães relativo ao ano de 2019 (Processo SEI nº 00413-00003161/2019-76).

Por meio do Despacho SEI-GDF SETUR/SUIT, de 17 de julho de 2019, no que tange ao pagamento das parcelas em contraprestação à Outorga, foi informado que a Parcela Fixa, prevista na alínea "a" do aludido instrumento contratual, foi adimplida em 14 agosto de 2018. Quanto à previsão de pagamento das parcelas futuras, salientaram que iniciarão sua incidência **a partir do terceiro ano do Contrato**, conforme previsões expressas nas Cláusulas 76 e 78. Ou seja, a partir de **agosto de 2021**, considerando o valor mínimo anual de R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais).

Posteriormente, a Unidade reiterou, por meio do processo SEI nº 00413-00004300/2018-06, a solicitação de informações sobre o andamento dos novos projetos à Secretaria de Projetos Especiais - SEPE. A SEPE, por sua vez, comprometeu-se em estabelecer uma parceria com o Instituto no sentido de comunicar sobre o andamento das PPPs, bem como participação do IPREV/DF nas discussões sobre o assunto. Ainda, de acordo com informações enviadas pela SEPE, não há previsão iminente de celebração de novos contratos, considerando a fase inicial de boa parte dos projetos.

Em abril de 2020, o Iprev/DF **solicitou a remessa de informações sobre os projetos de parcerias público-privadas e concessões em andamento na Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos (39380830)**. No mês de maio a Secretaria encaminhou o Ofício (39788062) com os dados solicitados.

Em janeiro de 2021 a Unidade participou de uma reunião técnica com membros da SEPE (55129575). No mês de fevereiro de 2021, o Instituto encaminhou o Ofício 75 (55382765) solicitando a remessa de informações sobre os projetos de parcerias público-privadas e concessões em andamento nessa Secretaria. No dia 22 do mesmo mês, a Secretaria mencionada anteriormente, encaminhou em resposta o Ofício 95 (56438476) reportando os projetos em andamento, bem como a indicação da Secretaria finalística de cada um.

Por meio do Despacho - IPREV/DIRIN/UFSG (57176875), a Unidade informou que solicitou informações aos órgãos executores quanto aos processos e contratos das PPP's, através dos processos (00413-00000608/2021-70), (00413-00001104/2021-77) e (00413-00000624/2021-62).

3.6 Produto da Cessão de Direito de Superfície sobre Estacionamentos e Direito de Superfície sobre Áreas destinadas à Regularização Fundiária Urbana e Rural do DF e de suas Empresas Públicas

Acerca do direito aos recursos decorrentes da cessão do direito de superfície sobre os espaços públicos destinados a estacionamento de veículos automotores, previsto na alínea "c" do inciso III do art. 73-A da

Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, informa-se que este Instituto solicitou à Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais (CACI) informações sobre a adoção de medidas com vistas a implantação do serviço de estacionamento de veículos automotores de passageiros ou cargas (Ofício SEI-GDF Nº 272/2019-IPREV/PRESI de 15 de abril de 2019 – processo nº 00413-00000233/2018-42). A CACI, por sua vez, redirecionou o processo para à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade (SEMOB), que informou que manterá este Instituto informado das ações atinentes a implantação do serviço de estacionamento (Ofício SEI-GDF Nº 386/2019-SEMOB/GAB/ASTEC, de 28 de abril de 2019).

Em relação as medidas com vistas à implantação do serviço de estacionamento, verificou-se que a SEMOB publicou no DODF nº 82 de 03 de maio de 2019, p. 52, o edital de chamamento para procedimento de manifestação de interesse nº 2/2019, para apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos para implantação, exploração, operação, manutenção e gerenciamento do sistema de estacionamento rotativo pago de veículos em logradouros públicos e áreas pertencentes ao Distrito Federal, na modalidade de concessão comum.

Em 18 de junho de 2019, a SEMOB publicou no DODF nº 114, o Termo de Autorização para desenvolvimento de projetos, estudos, levantamentos ou investigações de viabilidade para implantação, exploração, operação, manutenção e gerenciamento do sistema de estacionamento rotativo pago de veículos em logradouros públicos e áreas pertencentes ao Distrito Federal, na modalidade de concessão comum, pelas seguintes empresas: I – SERBET – Sistema de Estacionamento Veicular do Brasil Ltda; II – RIZZO PARKING AND MOBILITY S/A; III – EXP – Explora Participações em Tecnologia e Soluções em Mobilidade Ltda; IV – QGMB Consultoria Ltda/ TI MOB Tecnologia e Soluções em Mobilidade Ltda; V – AREATEC – Tecnologia e Serviços Ltda; VI – HORA PARK – Sistema de Estacionamento Rotativo Ltda; VII – BENVENUTO Engenharia S/S Ltda; VIII – ARIA Solução em Empreendimento Imobiliário Ltda/SA de Obra Y Serviços; IX – COPASA/MÓDULO BR Arquitetura Design e Construção Ltda – ME; X – BF Capital Assessoria em Operações Financeiras Ltda/Granpark Informática e Gestão de Estacionamento 145DF Ltda.

A cessão de direito sobre as áreas destinadas à regularidade fundiária foi tratada em reuniões técnicas ocorridas em 17 e 27 de junho de 2019 na DITEC/TERRACAP. Foi discutido com o Diretor-Técnico, Carlos Leal, sobre a melhor forma de operacionalizar tal cessão. Ficou estabelecido que a TERRACAP irá apresentar as áreas cuja destinação seja a de regularidade fundiária, para que o IPREV/DF possa posteriormente conversar com a área responsável no GDF. Assim a UFSG poderá melhor delimitar o escopo de atuação para estabelecer os procedimentos para a implementação da alínea “c” do inciso III do Artigo 73-A da Lei Complementar 932/2017.

No mês de janeiro de 2021, a Unidade realizou reunião com SEMOB para solicitar informações sobre a situação da Zona Verde.

3.7 Demais Assuntos Relacionados a Direitos e Receitas do FSG

Registre-se que o Processo SEI Nº 00020-00016125/2021-10 aborda consulta encaminhada pelo Consultor Jurídico Executivo à PGDF para avaliar a possibilidade de se questionar judicialmente a constitucionalidade das alíneas “c”, “d” e “f”, do inciso III, do art. 73-A, da Lei Complementar 769/2008, acrescidas pela Lei Complementar 932/2017, que versam sobre questões atinentes à composição do Fundo Solidário Garantidor (FGS) do regime de previdência complementar do Distrito Federal.

3.8 Entrada de Recursos no IPREV/DF Relativos ao Artigo 73-A da LC 932/2017

Item	Receitas em 2021
Imóveis	154.089,15
Part. Acionária BRB	0,00
Part. Acionária BRB - Dividendos/JCP	29.329.674,33
Outorga PPP GDF	0,00
Dividendos/JCP Estatais GDF	23.468.664,04
Direito Superfície - Estacionamentos	0,00
Direito Superfície - Reg. Fundiária	0,00
Dívida Ativa	0,00
TOTAL -->>	52.952.427,52

Tabela: Detalhamento Da monetização e rentabilização dos bens, ativos e direitos não financeiros do FSG dezembro/2021; Fonte e Elaboração: DIRIN/IPREV.

Por oportuno, cumpre destacar não só os ingressos de recursos, como, também, os recursos acumulados desde 2018 até o presente ano e, ainda, os recursos transferidos para o Fundo Financeiro, conforme política de investimentos, segundo quadro abaixo:

Item	Receitas Acumuladas	Transferência Totais	TOTAL
Imóveis	376.213,46	-	376.213,46
Part. Acionária BRB - Dividendos/JCP	95.153.146,46	68.562.943,01	26.590.203,45
Outorga PPP GDF	3.800.000,00	3.800.000,00	0,00
Dividendos/JCP Estatais GDF	325.573.589,59	325.573.589,59	0,00
Direito Superfície - Estacionamentos	-	-	0,00
Direito Superfície - Reg. Fundiária	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa	616.467.856,49	616.467.856,49	0,00
TOTAL -->>	1.041.370.806,00	1.014.404.389,09	26.966.416,91

Tabela: Detalhamento Da monetização e rentabilização dos bens, ativos e direitos não financeiros do FSG dezembro/2021; Fonte e Elaboração: DIRIN/IPREV



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO
DISTRITO FEDERAL

Comitê de Investimentos e Análise de Riscos

Parecer Técnico n.º 3/2022 - IPREV/CIAR

Parecer Técnico
Relatório de Dezembro/2021

I - Introdução

Tratará o presente parecer sobre o Relatório Mensal da Diretoria de Investimentos referente a Dezembro/2021, contido no Processo nº. 00413-00000835/2022-86, Documento nº. 80335018.

Este instrumento dá cumprimento à solicitação do Manual do Pró-gestão RPPS, aprovada em 03 de abril de 2019, quanto ao acompanhamento da rentabilidade e dos riscos das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos. Visando ao primeiro nível de certificação, em 2022, os relatórios mensais serão acompanhados assim que encaminhados.

A competência do CIAR está assentada no art. 9º da Portaria nº. 37, de 06 de outubro de 2016, bem como a necessidade de acompanhamento e avaliação do desempenho dos investimentos já realizados.

II – Cenário Econômico

O cenário a ser considerando para acompanhamento da rentabilidade e dos riscos das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos, para o fechamento do mês de dezembro de 2021, de acordo com Relatório Mensal da Diretoria de Investimentos, é de grande desafio para as carteiras de investimentos diante de um mercado financeiro doméstico e global que ainda sentem os efeitos da crise da Covid-19. Importante ressaltar que esse tipo de risco, geralmente, apresentam dificuldade de mitigação pela diversificação de portfólios.

Ao longo de 2021, o resultado da bolsa brasileira foi perdendo forças, acarretando em um fechando do IBOVESPA com rentabilidade no ano de -11,93%, no qual a pontuação do índice fechou o ano de 2021 atingindo o patamar de 104.822 pontos, dificultando a performance da carteira.

Por outro lado, até a metade do ano, diante das conjunturas de inflação sob controle e taxa SELIC com mínimas históricas, os ativos de renda fixa ao longo de 2021 não apresentaram grandes oportunidades. Esse fato prolongou um processo de baixa atratividade para os ativos desse segmento. Esses resultados aparecem nas tabelas comparativas de índices referências do mercado, no Relatório Mensal da Diretoria de Investimentos. Observa-se ainda, que a grande maioria dos benchmarks do mercado, com títulos disponíveis para aplicação, não apresentam boa rentabilidade, inviabilizando a buscas por oportunidades no período.

III – Rentabilidade e Risco

Fundo Financeiro

Este fundo é de repartição simples e não possui referencial de rentabilidade para 2021, sendo que seus recursos são, em geral, alocados em fundos de investimento de baixo risco e elevada liquidez.

Contudo, considerando as aplicações realizadas, houve rentabilidade de R\$ 4.096.439,67 no ano. Por está posicionada em elevada liquidez e baixo risco, no semestre, houve impacto menor durante a crise.

Fundo Solidário Garantidor

A carteira de investimentos do FSG encerrou o mês de dezembro/2021 com rentabilidade de R\$4,5milhões no ano, puxada principalmente pelos Fundos de Renda Variável com investimento no exterior.

Durante o ano, houve a diversificação do portfólio visando-se mitigar os riscos, com aplicações em Fundos de Investimentos no Exterior e a compra de Títulos Públicos Federais atrelados ao IPCA.

As posições de liquidez do FSG encontram-se com 59% em Fundos de Investimentos de liquidez muito alta (resgate até 1 dia útil), enquanto os Fundos ilíquidos (resgate acima de 60 dias úteis) são de apenas 4,98%. Ainda, 11% da carteira concentra-se em fundos de alta liquidez (entre 2 e 5 dias úteis para resgate), e para a média liquidez (entre 5 e 15 dias), há 24% e baixa (16 e 60 dias) 1%.

O referencial de rentabilidade do FSG para 2021 é de IPCA + 1% aa, conforme estabelecido na Política de Investimentos de 2021. E, mesmo ocorrendo volatilidade na carteira, há maior concentração em renda fixa. No mês de dezembro, diante do cenário desafiador, no acumulado, a carteira fechou com rentabilidade positiva, com comparativo de 111,16% (meta) x 100,26% (rentabilidade).

Fundo Capitalizado

A carteira de investimentos do FC encerrou o mês de Dezembro/2021 com rentabilidade de R\$2,735 milhões. Por ser um fundo mais jovem, o Fundo Capitalizado tem dinâmica diferente, já que conta com arrecadação mensal. Visando à diversificação e a mitigar os riscos, houveram três movimentos ao longo do ano. Até metade do ano, deixou-se aplicado no índice atrelado à inflação (IDKA IPCA 2Anos e IMA-B5). buscando-se o prêmio em IMA-B5 e IDKA 2a e a aceleração da inflação; e com a subida da meta da Taxa SELIC na segunda metade no exercício, a estratégia foi alocar os recursos no CDI. Tal estratégia trouxe maior segurança aos ativos do Fundo Capitalizado. Ainda, houveram Realocação em fundos de Investimento no Exterior (FIE) . Com o mesmo procedimento do Fundo Solidário Garantidor, a diversificação em fundos de aplicação no exterior trouxe maiores rendimentos à carteira.

Ainda que o fundo não possui grandes necessidades de resgates, a fim de mitigar riscos dessa ordem, as alocações estão em fundo de investimentos com maior liquidez (até d+1) e , até o momento, nenhuma aplicação ilíquida.

O referencial de rentabilidade do CAPITALIZADO para 2021 é de IPCA + 2,98% aa, conforme estabelecido na Política de Investimentos de 2021. E, mesmo ocorrendo volatilidade na carteira, há maior concentração em renda fixa. No mês de dezembro, diante do cenário desafiador, no acumulado, a carteira fechou com rentabilidade positiva, com comparativo de 113,34% (meta) x 102,17% (rentabilidade).

IV – Ativos Não Financeiros

As ações adotadas pela Unidade de Gestão dos Ativos Não Financeiros, apontadas no relatório são para manutenção dos imóveis.

V – Conclusão

Diante da conjuntura econômica e condições desafiadoras do mercado financeiro no ano de 2021, este Comitê de Investimentos considera que tanto as medidas adotadas para redução de risco da carteira, quanto a busca por diversificação que manteve o portfólio com resultado positivo ao final do ano, apresentam aspectos positivos de gestão, com transparência mensal ao longo do ano de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **JEFFERSON NEPOMUCENO DUTRA - Matr.0276463-6, Membro do Comitê de Análise de Risco**, em 24/02/2022, às 17:40, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FABRÍCIO DE OLIVEIRA BARROS - Matr.0190673-9, Membro do Comitê de Análise de Risco**, em 24/02/2022, às 17:42, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO GONÇALVES RAMOS DE OLIVEIRA - Matr.1668542-3, Membro do Comitê de Análise de Risco**, em 24/02/2022, às 17:45, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCO ANTONIO LIMA LINCOLN - Matr.0046341-8, Membro do Comitê de Análise de Risco-Suplente**, em 24/02/2022, às 18:36, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **NEY FERRAZ JÚNIOR - Matr. 02749114, Membro do Comitê de Análise de Risco**, em 24/02/2022, às 19:00, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=80922617)
verificador= **80922617** código CRC= **599E3476**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 09, Torre B, 1º andar, Edifício Parque Cidade Corporate - Bairro Asa Sul - CEP 70308200 - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO
FEDERAL

Conselho Fiscal

Despacho - IPREV/CONFIS

Brasília-DF, 22 de fevereiro de 2022.

Processo nº: 00413-00000835/2022-86

Interessado: Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal

Assunto: Relatório Anual de Investimentos e de Ativos Não Financeiros (data-base: 2021) da Diretoria de Investimentos

À Presidência,

Com fundamento na Resolução nº 01, de 1º de junho de 2015, que versa sobre o Regimento Interno deste Conselho Fiscal e em observância ao suscitado no Despacho - IPREV/PRESI (80369074), informo a **APROVAÇÃO do Relatório Anual de Investimentos e de Ativos Não Financeiros (data-base: 2021) da Diretoria de Investimentos (80335018)**, bem como os documentos que o subsidiam, submetidos à análise na 77ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 22/02/2022.

Atenciosamente,

MARCOS ALBERTO GONÇALVES BORGES
Conselho Fiscal - Iprev/DF
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ALBERTO GONCALVES BORGES - Matr.0278683-4, Presidente do Conselho Fiscal**, em 24/02/2022, às 18:42, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=80713402 código CRC= **801DB852**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS quadra 9, torre B, 5º andar, Edifício Parque Cidade Corporate - Bairro Asa Sul - CEP 70308200 - DF

31053446

